

L      E      I      Nº 1.276/76

Data: 22 de outubro de 1976

Súmula: Estima a Receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 1977.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1977, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a despesa em Cr\$ 23.860.000,00 (vinte e três milhões oitocentos e sessenta mil cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento.

1 – RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 – RECEITAS CORRENTES Cr\$ 21.485.000

Receita Tributária Cr\$ 3.300,00

Receita Patrimonial Cr\$ 20.000,00

Receita Industrial Cr\$ 280.000

Transferências Correntes 17.365.000

Receitas Diversas Cr\$ 520.000

1.2 – RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito Cr\$ 30.000,00

Alienação de bens móveis e imóveis Cr\$ 20.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 2.325.000

T O T A L: Cr\$ 23.860.000

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram a Lei, e terá o seguinte desdobramento.

1 – DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

1.1 – Programação à conta de recursos do Tesouro Cr\$ 4.120.000

1.2 – Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 19.740.000

TOTAL DE DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS Cr\$ 19.740.000

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 – ÓRGÃO LEGISLATIVO Cr\$ 800.000

2.2 ÓRGÃO EXECUTIVO Cr\$ 23.060.000

Executivo Municipal Cr\$ 897.000

Departamento Administrativo Cr\$ 3.849.600

Departamento de Obras e Serviço Social Cr\$ 495.400

T O T A L: Cr\$ 23.860.000

Artigo 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com o artigo 67, da Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969.

Artigo 5º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar operações de Crédito até o limite de Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros), para manter o equilíbrio orçamentário.

Artigo 6º - Os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Município terão na forma da Lei, orçamento próprio

elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, sendo que a Receita será formada pela rendas próprias, contribuições Municipais, Estaduais, Federais e outras Receitas correntes e de capital, e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do parágrafo primeiro, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 7º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir Créditos Suplementares nos limites e com as finalidades seguintes:

I – Para atender despesas vinculadas a Receitas, até limite do excesso de arrecadação efetivas das Receitas a que estiverem vinculadas.

II – Para atender a quaisquer despesas até o limite de 30% (trinta por cento), da despesa orçamentária, servindo como recurso os constantes do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

III – Para atender despesas com as Fundações Instituídas pelo Município, até o limite de 20% (vinte por cento), das dotações consignadas nos respectivos orçamentos a títulos de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recursos as fontes indicadas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1977, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 1976.

Jamil Fares Midauar

Prefeito Municipal